Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs. Administradores e Acionistas Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
 procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos
 opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade
 operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a
 eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de
 continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos
 chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 8 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/Q-5

Guilherme Naves Valle Contador CRC 1MG070614/O-5

Relatório da Administração 2017

Aos Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral as Demonstrações Financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. ("Inframerica" ou "Companhia"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2017.

Mensagem da Administração:

Aeroporto de Natal tem fluxo positivo de passageiros e cargas em 2017

No período entre janeiro e dezembro do ano passado, o número de passageiros superou a marca de 2,4 milhões de passageiros, um crescimento de 3,8% frente aos 12 meses de 2016. A movimentação de cargas no terminal também ficou foi superior a 2016 em 3,2% finalizando o ano com 12,4 mil toneladas.

Obras na Pista

A pista de pousos e decolagens do Aeroporto de Natal passou por manutenção entre os dias 11 de setembro e 10 de outubro de 2017. Para viabilizar a continuidade da operação aeroportuária durante as obras, a taxiway foi adaptada e os pousos e decolagens foram concentrados nos horários entre às 6h e 18h. A manutenção consistiu no recapeamento da capa asfáltica após análise que descobriu defeitos decorrentes da construção realizada pelo órgão de governo competente antes do início da concessão. O custo de aproximadamente R\$ 10 milhões foi arcado pela Inframerica e os trabalhos foram encerrados com seis dias de antecedência ao previsto. Há possibilidade de incluir o valor no pedido de reequilíbrio econômico e financeiro.

Pagamento antecipado da Outorga

A Inframerica realizou o pagamento antecipado da outorga fixa de 2018 em dezembro de 2017. Os parâmetros de antecipação foram publicados pela Portaria nº 135/2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, viabilizando a antecipação pela Inframerica de 100% da Contribuição Fixa para o ano de 2018.

Aeroporto de Natal é eleito o melhor na categoria até 5 milhões de passageiros

Em 2017, o Aeroporto de Natal conquistou o posto de melhor aeroporto na categoria até 5 milhões de passageiros. A avaliação foi realizada pelo Ministério dos Transportes. Ainda dentro da categoria, o Terminal Potiguar teve as melhores notas para 'limpeza geral' e 'limpeza dos sanitários'; melhor disponibilidade de 'painéis de voo', 'facilidade no desembarque' e 'disponibilidade de assentos na sala de embarque'.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

31 de dezembro de 2016		2 874	12,582	14.256	401	23,897	2 221	4 528	60.759			294	10.633	275.631	10.527	352.314	372	649.771			377,144	10,919	(547.227)	(159.164)		551.366	
31 de dezembro de 2917		2.772	16.407	14 021	464	1	1,735	4.132	39.531			228	9.570	321,738	10.112	358.022	248	699.918			492,689	•	(626.600)	(133.911)		605.538	
	Passivo	Salános e encargos sociais (Nota 13)	Fornecedores (Nota 14)	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	Tributos a recolher	Compromissos com o poder concedente (Nota 16)	Adiantamentos de clientes (Nota 17)	Outros passivos (Nota 18)			Passivo não circulante	Tributos a recolher	Adiantamentos de clientes (Nota 18)	Compromissos com o poder concedente (Nota 17)	Partes relacionadas (Nota 7)	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civeis (Nota 19)			Patrimônio liquido (passivo a descoberto)	Capital social (Nota 20)	Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Prejuizos acumulados		Total passivo e do patrimônio liquido	(passivo a descoberto)	
31 de dezembro de 2016		3.486	7.294	8 0 7 8	6.136	503	1,144	26.641				44.295	739	1.568	46.602				4,043	474 080	478.123					551.366	
31 de dezembro de 2017		19 236	23,960	7.456	7.623	612	264	59.151				40.772	1.011	1.318	43.101				3.109	500,177	503.286					605.538	
	Ativo	Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Depósitos vinculados (Nota 5.1)	Contas a receber de clientes (Nota 6)	Tributos a recuperar (Nota 8)	Despesas antecipadas	Outros ativos (Nota 9)	-		Ativo não circulante	Realizável a longo prazo	Tributos a recuperar (Nota 8)	Despesas antecipadas	Depósitos judiciais (Nota 10)					(mobilizado (Nota 11)	Intangivet (Nota 12)						Total do ativo	

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
Receita operacional líquida (Nota 21)	49.431	47.204
(-) Custos dos serviços prestados (Nota 22)	(55.460)	(55.442)
Prejuizo operacional bruto	(6.029)	(8.238)
Despesas de comercialização	(277)	(11)
Despesas administrativas (Nota 23)	(4.293)	(3.670)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 24)	10.542	(54.784)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(57)	(66.703)_
Receitas financeiras (Nota 25)	2.524	1.473
Despesas financeiras (Nota 25)	(81.732)	(70.512)
Resultado financeiro líquido	(79.208)	(69.039)
Prejuízo operacional antes dos impostos sobre o lucro	(79.265)	(135.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 26)	(108)	-
Prejuizo líquido do exercicio	(79.373)	(135.742)
Prejuízo por lote de mil ações - em reais	(0,16)	(0,36)
Lighter bot for an initial and a controlled		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Em milhares de reals

		С				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	Subscrito 327.144	A integralizar (32.674)	Total	AFAC_	Prejuizos acumulados (411.485)	Total (117.015)
Integralização de capital (Nota 20) Adiantamento para futuro aumento de capital	50.000	32.674	82.674	10.919	-	82.674 10.919
Prejuízo do exercício	-	-		_	(135.742)	(135.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	377.144		377.144	10.919	(547.227)	(159.164)
Subscrição de capital (Nota 20)	116.500	(116.500)			-	-
Integralização de capital	-	115.545	115.545	(10.919)	-	104.626
Prejuizo do exercicio	-				(79.373)	(79.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	493.644	(955)	492.689		(626.600)	(133.911)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

2017	2016
(42.212)	(45.861)
(16.666)	(1.561)
	(1.029)
(16.666)	(2.590)
104.626	82.674
	10.919
(9.718)	(13.182)
• • •	(32.905)
(20.280)	(32.803)
74.628	47.506
15.750	(945)
3.486	4.431
19.236	3.486
	(42.212) (16.666) (16.666) 104.626 (9.718) (20.280) 74.628

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
Valor adicionado a distribuir		
Receita	64.489	52.190
Receitas tarifarias	34,916	24.827
Receitas não tarifarias	29.128	27,781
Outras Receitas	562	26
Provisão p/devedores duvidosos – (reversão/constituição)	(117)	(444)
Insumos adquiridos de terceiros	(33.913)	(98.155)
Custos operacionais	(40.678)	(41.651)
Outras Despesas	6.765	(56,504)
Valor adicionado bruto	30.576	(45.965)
Depreciação e amortização	(14.782)	(13.791)
Valor adicionado liquido produzido	15.794	(59.756)
Valor adicionado recebido em transferência	2.524	1.473
Receitas financeiras	2.524	1.473
Valor adicionado total a distribuir	18.318	(58.283)
Distribulção do valor adicionado		
Pessoal	1.094	1.390
Remuneração direta	867	1,217
Beneficios	185	130
FGTS	42	43
Impostos, taxas e contribuições	14.757	5.557
Federals	6.067	5,007
Municipais	753	550
Poder concedente	7.937	
Remuneração de capitais de terceiros	81.732	70.512
Juros, variações cambiais e outros	81.732	70.512
Remuneração de capitais próprios	(79.265)	(135.742)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos sobre o lucro	(79.265)	(135,742)
Valor Adicionado Distribuido	18.318	(58.283)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, execto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. (" Inframerica ou Companhia"), constituída em 4 de novembro de 2011, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por único e exclusivo objeto social realizar a construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão e desde que previamente autorizado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

A concessão tem prazo de vigência em 28 anos, podendo ser prorrogáveis por mais 5 anos. A remuneração da Companhia dar-se-á através da cobrança de tarifas aeroportuárias e outras atividades comerciais que gerem receitas não tarifárias, conforme previsto em contrato de concessão. O contrato é dividido em duas fases:

Fase 1: Construção do Aeroporto pela Companhia.

Fase 2: Manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante.

Extinta a concessão, o Poder concedente assumirá a prestação de serviços, sendo-lhes revertidos todos os bens reversíveis nos termos do contrato de concessão.

Como deveres da Inframerica estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento anual da Contribuição Fixa ao Poder Concedente no valor de R\$ 6.800, corrigido pela taxa Selic, a partir do 37º mês contado da data de eficácia do contrato. O início das operações do aeroporto ocorreu em maio de 2014.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho da Administração em 8 de fevereiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reals, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e compreendem os saldos mantidos em fundo de investimento em renda fixa, categorizados como "Caixa e equivalentes de caixa".

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos especulativos e não realiza operações de hedge.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.5 Impairment

2.5.1 Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dívidas vencidas há mais de 90 dias;
- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador:
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

- A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a provisão para riscos sobre o contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme OCPC 05 (R1), por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina porém, no Contrato de Concessão que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestado aos usuários.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de 308 meses contados a partir do início da operação do aeroporto até o final do período de concessão, tendo sido adotado a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

(a) Direito de concessão (outorga)

A Companhia reconheceu o ativo referente à concessão do direito de construção e exploração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante como ativo intangível na data de início da operação do aeroporto, sendo amortizado na sua totalidade até o fim do período da concessão. O início da operação se caracterizou pela transferência da operação aérea do Aeroporto Augusto Severo para a Companhia. A transferência ocorreu no mês de maio de 2014.

(b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa durante todo o período de concessão.

A contribuição fixa será registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano e amortizados pelas liquidações financeiras.

2.12.1 Outorga

A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 6.800, corrigida pela taxa Selic, a partir do 37º mês contado da data de eficácia do contrato.

A Companhia tem como política contábil a apropriação no resultado da correção monetária do passivo relativo ao compromisso com o poder concedente (outorga) pois o ativo diretamente atribuível ao direito de exploração do aeroporto já está plenamente em operação.

2.13 Provisões

Não foi constituído provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.14 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Receitas tarifárias

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois fatores: X e Q.

O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas e o início da sua aplicação ocorre a partir do primeiro reajuste das tarifas conforme o item 6.4 do Anexo 19 do Edital — Contrato de Concessão.

O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no PEA-Plano de Exploração Aeroportuária e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. O fator Q produzirá efeitos no reajuste tarifário a partir do final do primeiro ano de operação integral do aeroporto pela Concessionária. A partir desse marco temporal, os decréscimos decorrentes do não cumprimento dos padrões para o fator Q serão reduzidos a 30% (trinta por cento) no primeiro ano e 70% (setenta por cento) no segundo ano. A partir do terceiro ano os decréscimos serão integrais (cem por cento).

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e do fator Q e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal.

Adicionalmente, foi estabelecido no Anexo 11 do contrato de concessão uma regra a ser aplicada nos ajustes tarifários, que estabelece o cálculo para reversão de receitas não tarifárias para modicidade tarifária.

Em 2017 houve uma variação tarifária negativa de 1,262%, conforme decisão da ANAC nº 78, de 29 de maio de 2017.

(b) Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e a maioria dos instrumentos de dívida que atualmente são classificados como disponíveis para venda satisfazem as condições de classificação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e, portanto, não haverá alteração na contabilização desses ativos.

Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.

(b) IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração não espera impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018.

(c) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 10 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, execto quando indicado de outra forma

(a) Amortização do intangível

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão. O cálculo deve representar o padrão de consumo dos beneficios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No exercício de 2017, a taxa média utilizada foi de 2,98% (no exercício de 2016 – 2,75%) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

(b) Valor justo do ativo financeiro

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Apuração de tributos diferidos

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos. A Companhia também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(d) Provisões

As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

(e) Impairment (Redução ao valor recuperável de ativos)

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Uma perda por impairment poderá ser reconhecida, mesmo para ativos intangíveis que sofrem amortização, desde que o valor contábil do ativo intangível não seja recuperável e que ele exceda o seu valor justo. Os bens ou conjunto de bens que apresentam valores contábeis que excedem o seu valor recuperável na data de encerramento deste exercício, terão sua perda reconhecida diretamente no resultado do exercício. Depois que a perda com o impairment for reconhecida, o valor contábil ajustado do ativo intangível será a nova base de contabilização da sua amortização.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos.

4.4 Risco de mercado

4.4.1 Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

4.5 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas estimadas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

					Pagamentos o	io exercício (C	onsolidado)
	menor que						
	1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais 5 anos	Total	Juros incorridos	Valor contábil
Empréstimos Compromisso com o poder	14.021	92.862	91.590	418.452	616.925	(244.882)	372.043
concedente	-	15.213	33.936	849.691	898.840	(577.102)	321.738
Fornecedores	16.407	-	-	-	16.407	-	16.407
Partes Relacionadas	-	-	-	10.112,00	10.112	-	10.112
Outros Passivos	4.132				4.132		-
Total	34.560	108.075	125.526	1.278.255	1.546.416	(821.984)	724-432

4.7 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores com base no valor contábil, menos perdas (impairment) no caso de contas a receber, são próximos de seus valores justos. Os valores justos dos passivos financeiros, para fins de divulgação, são estimados pelo desconto do fluxo de caixa contratual futuro com a taxa de juros de mercado vigente disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os empréstimos são especificamente contratos com o BNDES para a construção e são apresentados ao valor justo.

4.8 Capital circulante líquido

Em dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 19.735 devido, principalmente, ao reconhecimento da dívida do empréstimo junto ao BNDES, parcelas do Poder Concedente e outros investimentos realizados, todos previstos em seu plano de negócios.

Para equalização do capital circulante líquido, a administração está renegociando as condições do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES, o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto a ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil e protocolou junto ao Ministério dos Transportes a solicitação de transferência da operação da torre de controle ao DCEA — Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Também está presente no plano de negócios da Companhia aportes de capital a serem efetuados por seus acionistas, até que a operação entre em capacidade plena e o negócio alcance a maturidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa	3	2
Contas Correntes	2.137	3.307
Aplicação Financeira (a)	16.069	177
Aplicação Financeira (b)	1.027_	
Total	19.236	3.486

- (a) As aplicações financeiras são Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo, a uma taxa média de 97,80% do CDI, com liquidez imediata.
- (b) Quotas de Fundo de Investimento, a uma taxa média de 86,52% do CDI, com liquidez imediata.

5.1 Depósitos vinculados

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Aplicações financeiras - Garantia Outorga (a)	6.573	7.294
Aplicações financeiras - Garantia Empréstimo (b)	16.275	-
Aplicação Financeira - Demais Garantias (a)	1.112	
Total	23.960	7.294

- (a) As aplicações financeiras são Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo, a uma taxa média de 101,35% do CDI, com liquidez imediata.
- (b) Quotas de Fundo de Investimento, a uma taxa média de 86,52% do CDI, com liquidez imediata.

Os depósitos vinculados são em quotas de fundo de investimento de curto prazo e cédulas de depósito bancário - CDB, a uma taxa média de 90,60% do CDI e não são classificadas como caixa e equivalente de caixa por estarem vinculadas a garantia do seguro referente ao pagamento da outorga, à dívida de longo prazo e à fiança bancária do contrato de compra de energia.

6 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Atividades tarifárias		
Passageiros	2.867	3.383
Aeronaves	784	876
Cargas	278_	314
Total	3.929	4.573
Atividades não tarifárias		
Estacionamento		967
Cessão de Espaço	3.445	3.240
Outros	1.236	533
Total	4.681	4.740

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Banda Estimada	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Perda Estimada Vencidos há mais de 3 meses	(1.154)	(1.235)
Total	(1.154)	(1.235)
Total	7.456	8.078

Movimentação perda estimada								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.235)	Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.895)					
Provisão	(306)	Provisão	(792)					
Reversão	387	Reversão	1.452					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.154)	Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.235)					

Partes relacionadas 7

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PASSIVO	dc 2017	
Contrato EPC		
Consórcio Engeport - Participante indireto (a)	5.001	6.420
	5.901	0.420
Despesas a pagar		
Inframerica Concessionária S.A Participante indireto (b)	4.107	4.107
Proden (c)	104_	
Total	10.112	10.527
		-
	Receita /	Despesa
	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2017	de 2016
Resultado:		-
Despesas a pagar		
		105
Inframerica Concessionária S.A Participante indireto (b)	59	125
Proden (c)	104	
Total	163	125

Saldo do contrato EPC da obra a pagar.

Refere-se às despesas diversas dentre elas salários e encargos,

a) b) c) Refere-se a despesas com servidores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1 A remuneração dos diretores e das pessoas-chaves da Administração no exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	Exercício find	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017_	2016	
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	52	448	
Beneficios		14	
Total	<u>52</u>	462	

8 Tributos a recuperar

	31 de dezembro <u>de 2017</u> _	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.234	774
Contribuição social s/ lucro líquido - CSLL	3	2
Programa de integração social - PIS (a)	1.057	1.557
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	4.867	3-339
Outros	462	464
Total	7.623	6.136
Não Circulante		
Programa de integração social - PIS (a)	7.516	7.328
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	33.256	36,967
Total	40.772	44.295
Total	48.395	50.431

 (a) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível separado entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9 Outros ativos

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores	128	794
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros		76
Beneficios a funcionários	96	233
Outros	40_	41
Total	264	1.144

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Depósitos judiciais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Depósitos judicial – cível	1,202	1.555
Depósitos judicial - trabalhista	116_	13
Total	1.318	1.568

11 Imobilizado

31 de dezembro de 2015	Instalações 82	Máquinas e equipamentos 1.700	Móveis e utensílios 1.478	Equipamentos de informática 633	Total 3.893
Aquisição Depreciação do Imobilizado	(9)	139 (451)	(152)	890 (267)	1.029 (879)
31 de dezembro de 2016 Depreciação do Imobilizado 31 de dezembro de 2017	73 (9) 64	1.388 (455) 933	1.326 (151) 1.175	1.256 (323) 933	4.043 (934) 3.109
Taxa anual de depreciação	10%	20%	10%	20%	

12 Intangível

		Infraestrutura			
	Em andamento	Em operação	Outorga de Concessão	Software	Total
31 de dezembro de 2015	13.611	312.258	202.783	582	529,234
					120 020
Aquisições	4.170	491	-		4,661
Impairment		(54.239)	-	100	(54.239)
Transferências	(15.214)	15.214			15 81 12
Capitalização de encargos			7.422	2	7.422
Amortização do intangível		(7.840)	(5.142)	(15)	(12.998)
31 de dezembro de 2016	2.567	265.884	205.063	567	474.080
Aquisição	12.029	1.616	16.648		30.293
Baixa		(357)		_	(357)
Impairment	-	10,099			10.099
Transferências	(1,240)	1.240	_		10.099
Amortização do intangível	(1,240)		(6 800)	440)	(40,000)
		(7.114)	(6.809)	(15)	(13,938)
31 de dezembro de 2017	13.356	271.368	214.902	552	500.177

12.1 Impairment (Redução ao valor recuperável de ativos)

	Impairment em 31/12/2017	Impairment em 31/12/2016
Intangível	10.099	(54.239)

No exercício de 2017, houve indícios que resultaram na realização de teste de impairment e consequentemente adição do valor recuperável dos ativos na Companhia. A curva de passageiros do edital de concessão, tem projeção significativamente maior para o período já transcorrido que a curva realizada, indicando uma adição na expectativa dos benefícios econômicos futuros. Dessa forma, a Companhia refez a projeção do fluxo de passageiros até o final da concessão trazido a valor presente, utilizando uma taxa de desconto para cálculo de fluxo de caixa marginal de 6,81% a.a. + IPCA. Como resultado, foi constatada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

uma diferença entre as duas curvas, o que torna o valor registrado no Ativo Intangível menor que seu valor recuperável, sendo a diferença reconhecida como reversão de impairment.

A Companhia efetuará a cada exercício o teste de recuperabilidade para seus ativos e havendo novo indício de perda, será reconhecida uma nova baixa por impairment. Havendo alteração positiva no cenário, ocorrerá a reversão da perda por desvalorização registrado no exercício anterior.

13 Salários e encargos sociais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários a pagar	635	617
Impostos de renda - IRRF	146	132
FGTS a recolher	215	246
INSS a recolher	614	683
Férias a pagar	1.156	1.191
Outros	66	5_
Total	2.772	2.874

14 Fornecedores

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores nacionais	16.244	12,405
Fornecedores estrangeiros	163	177_
Total	16.407	12.582

15 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Financiamento infraestrutura (a)	14.021	14.256
Total	14.021	14.256
Não circulante		
Financiamento infraestrutura (a)	358.022	352.314
Total	358.022	352.314
Total dos empréstimos e financiamentos	372.043	366.570

⁽a) O financiamento de infraestrutura do BNDES foi contratado em 22 de novembro de 2012 pelo valor total de R\$ 329.263, divididos em 9 subcréditos.

ar da dagamban

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reals, execto quando indicado de outra forma

Movimentação de empréstimo

Saldo em 31 de dezembro de 2015	374.260
Amortização	(13.182)
Pagamento de juros e encargos	(32,905)
Apropriação de juros	38.397
Saldo em 31 de dezembro de 2016	366.570
Amortização	(9.718)
Pagamento de juros e encargos	(20.280)
Apropriação de juros	35.471
Saldo em 31 de dezembro de 2017	372.043

Em dezembro de 2017, a Companhia concluiu a renegociação que vinha mantendo com o BNDES. Os termos da renegociação incluem o pagamento antecipado de parte da dívida e reescalonamento dos vencimentos atuais. Os aditivos que formalizam esta renegociação apresentam condições de eficácia para que os termos renegociados produzam seus efeitos. A Companhia pretende cumprir as condições de eficácia em fevereiro de 2018. Em razão disso estas demonstrações financeiras ainda não refletem os termos renegociados.

O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	Captação Corrigida	Juros a apropriar	Valor contábil_
31 de dezembro de 2015	663.111	(288.851)	374.260
Empréstimo BNDES	650.693	(284.123)	366.570
31 de dezembro de 2016	650.693	(284.123)	366.570
Empréstimo BNDES	643.014	(270.971)	372.043
31 de dezembro de 2017	643.014	(270.971)	372.043

Banco	_Liberação_	_Principal_	Vencimento	Encargos (% a.a.)	Saldo
31 de dezembro de 2016		327.625			366.570
BNDES	mar/13	22,822	set/32	TJLP + 3,14%	27.764
BNDES	mar/13	6.409	jun/32	T.R. + 3,14% + IPCA	7.409
BNDES	mar/13	64.086	set/32	TJLP + 3,14%	75.803
BNDES	nov/13	125.712	set/32	TJLP + 3,14%	145.035
BNDES	nov/13	14.853	set/32	T.R. + 3,14% + IPCA	19.148
BNDES	fev/14	17.433	set/22	2,50%	10.517
BNDES	fev/14	29.638	set/32	TJLP + 3,14%	34.628
BNDES	fev/14	2.964	jul/32	T.R. + 3,14% + IPCA	3.492
BNDES	mai/14	1.270	jul/32	T.R. + 3,14% + IPCA	1.454
BNDES	mai/14	12.702	set/32	TJLP + 3,14%	14.499
BNDES	mai/14	3.360	jul/32	T.R. + 4,74% + IPCA	3.873
BNDES	nov/14	13.000	set/32	TJLP + 3,14%	14.276
BNDES	abr/15	8.000	set/32	TJLP + 3,14%	8.482
BNDES	mai/15	5.376	set/32	TJLP + 3,14%	5.663
31 de dezembro de 2017		327.625			372.043

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a projeção por ano dos empréstimos de longo prazo:

Período	Valor presente	Juros a transcorrer	Projeção
2019	16,903	29.498	46.401
2020	18.046	28.415	46.461
2021	19.267	26.914	46.181
2022	20.094	25.315	45.409
2023	19.963	23.589	43.552
2024 em diante	263.749	111.151	374.900
Total	358.022	244.882	602.904

Nos contratos de financiamentos de longo prazo, celebrados entre a Companhia e BNDES foram apresentadas as seguintes garantias:

- Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- Penhor de ações da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.;
- Garantia adicional de R\$ 20.000 pelo Grupo Corporación América;
- Fiança corporativa American Internacional Airports LLC (AIA), ACI Airports S.A.R.L (ACI) e Corporación América S.A. – (CASA).

16 Compromissos com o poder concedente

A parcela da obrigação com o poder concedente é corrigida monetariamente com base na taxa SELIC e o primeiro pagamento ocorreu em janeiro de 2016.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante Não circulante Contribuição fixa — outorga	321.738 321.738	23.897 275.631 299.528

Em 2017, os acionistas realizaram aportes de capital para honrar as parcelas da outorga referente ao exercício de 2016 e 2017 e antecipar integralmente a parcela de 2018 na importância de R\$ 13.102. Em virtude desta operação, o endividamento com o poder concedente aumentou R\$ 16.648 para manter o mesmo VPL (valor presente líquido) do projeto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação da outorga

Saldo em 31 de dezembro de 2015	262.651
Capitalização de encargos	7.422
Apropriação - correção monetária	29.455
Saldo em 31 de dezembro de 2016	299.528
Ajuste de repactuação contratual	16.648
Amortização	(26.542)
Amortização (antecipação)	(13.102)
Capitalização de encargos	449
Apropriação - correção monetária	44.757
Saldo em 31 de dezembro de 2017	321.738

17 Adiantamentos de clientes

A Companhia registra como adiantamentos de clientes os valores cuja contrapartida está relacionada à transmissão do direito de exclusividade na exploração de determinados negócios, dentro do escopo das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias. Os referidos valores são diferidos durante o prazo de vigência dos contratos.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Direitos de exclusividade	1.681	1.681
Demais adiantamentos	54	540
Total	1.735	2.221
Não circulante		
Direitos de exclusividade	8.825	10.633
Demais adiantamentos	745	
Total	9.570	10.633
Total	11.305	12.854

18 Outros passivos

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Repasse FNAC (a)	666	646
Repasse ATAERO (b)	978	2.744
Repasse PAN (c)	35	37
Contribuição Mensal (e)	1.341	-
Garantias (d)	1.112	1.101
Total	4.132	4.528

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999. O valor repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão;
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela lei 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A partir de 1º de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela lei 13.319, de 25 de julho de 2016;
- (c) O repasse PAN foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de trafego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo DCEA. Os percentuais são variáveis e determinados conforme PMD (peso máximo da decolagem);
- (d) Garantias de cliente, coberturas contratuais para casos de inadimplência das cessões de espaço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) A contribuição mensal, sancionada pela lei 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu a partir de 01 de janeiro de 2017 o repasse ATAERO, sendo que o valor deverá ser repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), descontados os tributos.

19 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Prováveis (a)		
Cíveis	73	
Trabalhistas	175_	372
Total	248	372
Possíveis		
Trabalhistas	1.583	351
Cíveis	1.806	1.311
Total	3.389	1.662
Total	3.637	2.034

Movimentação das provisões

Saldo em 31 de dezembro de 2015	
Adições	372
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	372
Adições	237
Baixas	(361)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	248

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é representado por 493.643.906 Ações Nominativas, sendo: 168.036 ações detidas pela A.C.I Airports S.A.R.I. e 493.475.870 ações detidas pela Corporación América Airports S.A.

			2017			2016
	CORPORACIÓN AMÉRICA AIRPORTS S.A	A.C.I. AIRPORTS	Total	CORPORACIÓN AMÉRICA AIRPORTS S.A	A.C.I. AIRPORTS	Total
Ações	493.476	168	493.644	376.994	150	377.144
Subscrito	493.476	168	493.644	376.994	150	377.144
A integralizar	(955)	-	(955)	-	-	-
Integralizado	492.521	168	492.689	376.994	150	377.144

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receita operacional líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Receita bruta – Tarifária (a)	34.915	24.827
Receita bruta - Não Tarifária (b)	29.128	27.781
Outras Receitas	1	12
Contribuição mensal (a)	(7.937)	-
COFINS	(4.867)	(3.998)
PIS	(1.056)	(868)
ISS	(753)	(550)
Receita líquida	49.431	47.204

- (a) Até 31 de dezembro de 2016 o adicional de tarifa aeroportuária (ATAERO) tinha característica de repasse, sendo assim, não integrava o valor da receita tarifária da Companhia. A partir de 1 de janeiro de 2017, a contabilização das receitas passou a integrar o resultado bruto da Companhia, conforme lei 13.319 de 2016, que institui a contribuição mensal. O efeito desta mudança, faz com que a base tributária dos impostos incidentes sobre o faturamento bruto seja acrescida do valor da contribuição mensal.
- (b) As receitas não tarifárias referem-se à cessão de espaços físicos para a exploração de diversas atividades.

Os impostos incidentes sobre os serviços, consistem principalmente de ISS calculado às alíquotas em vigor em Natal (2%) e relacionadas ao PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

22 Custo dos serviços prestados

		Consolidado
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Pessoal	21.017	21.523
Serviços de terceiros	7.180	7.451
Manutenção	6.540	6.074
Utilidades e telecomunicações	4.405	4.339
Amortização Outorga fixa (a)	6.719	5.057
Amortização e depreciação	8.064	8.734
Outros	1.535	2.264
Total	55.460	55-442

(a) Valor da amortização da outorga fixa registrado na Companhía é calculado com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

23 Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Pessoal	1.010	1.531
Serviços de terceiros	2.235	623
Seguros	910	655
Tecnologia da informação	81	71
Impostos, taxas e contribuições	11	173
Provisões Judiciais	(124)	372
Outros	170	245
Total	4.293	3.670

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Outras receitas e despesas operacionais

Composto, basicamente, pela reversão do impairment no valor de R\$ 10.099 em 2017 (R\$ 54.239 em 2016), vide Nota 12.1.

25 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Juros sobre aplicações financeiras	2.239	1.086
Descontos obtidos	46	275
Outros	239	112
	2.524	1.473
Correção monetária - Direito de concessão (a)	(44.757)	(29.455)
Juros, encargos e taxas bancárias	(36.975)	(41.057)
	(81.732)	(70.512)
	(79.208)	(69.039)

⁽a) A variação evidenciada na despesa financeira refere-se ao ajuste de correção monetária sobre o valor devido ao Poder Concedente, conforme renegociação do fluxo de pagamento da outorga ocorrida em dezembro de 2017.

26 Imposto de renda e contribuição social

Como as projeções apresentadas para realização dos impostos diferidos não se concretizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém o critério de não registrar o ativo diferido proveniente do imposto de renda e da contribuição social sobre adições e exclusões temporárias, base negativa e prejuízo fiscal auferidos.

		Consolidado
	Exercício findo em	31 de dezembro
Apuração IR/CS	2017	2016
(A) Prejuízo contábil antes do IR/CSLL	(79.265)	(135.742)
B) Ajuste Outorga (efeito temporário)	•	-
C) Outros ajustes (adições e exclusões) temporários	262	(5.708)
D) Ajustes permanentes	-	553
(E) Prejuízo Fiscal (A+B+C+D)	(79.003)	(140.897)
IR Diferido (bases x alíquota de 34%)		
Prejuízo Fiscal (e)		- 2
Ajustes temporários Outorga (b)		
Outros ajustes temporários (c)	-	
Total	*	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura	2017	2016
(B) Ajuste Outorga (efeito temporário)		
Adições temporárias - Efeito da Outorga contábil	1.85	(12.153)
Exclusões temporárias - Efeito da Outorga fiscal		12.153
(C) Outros ajustes (adições e exclusões) temporários		
Adições temporárias	2.455	18.980
Exclusões temporárias	(2.193)	(24.688)
•	262	(5.708)
(D) Ajustes permanentes		
Adições permanentes	3.925	4.264
Exclusões permanentes	(3.925)	(3.711)
•	*	553

27

	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Ajustes:	(79.265)	(135.742)
Depreciação e amortização	14.783	13.791
Provisões		
27.07	2.115	197
Baixa de Intangível / Imobilizado	357	
Impairment	(10.099)	54.239
Despesa financeira	80,658	67.879
	8.549	364
Variações ativas e passivas:		
Contas a receber de clientes	703	(829)
Partes relacionadas	(415)	(16.010)
Tributos a recuperar	2.125	2.283
Despesas antecipadas	(381)	(1.039)
Outros ativos	1.130	(1.444)
Aquisição de bens intangíveis	(13.645)	(4.661)
Salários e encargos sociais	(102)	(9)
Fornecedores	1.648	(23.332)
Tributos a recolher	(111)	457
Outros passivos	(2.069)	(1.641)
Compromisso com o poder concedente	(39.644)	-
	(50.761)	(46.225)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(42.212)	(45.861)

Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício, a companhia utilizou-se de investimentos e atividades de financiamento que não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

Transações que não afetam o caixa	2017	2016
Ativo		
Adições		
Aquisição de intangível outorga	(16.648)	Let
Passivo		
Adições		
Liberação - Compromisso com o poder concedente	16,648	
		-0.1

2016

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de risco para mitigar riscos, contratando a cobertura de seguro compatível com seu porte e operações no mercado. Os valores do seguro são considerados suficientes pela administração para cobrir possíveis perdas, levando em consideração a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e o conselho de seus consultores de seguros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Valor segurado	Vigência
RO - PATRIMONIAL	Perdas e danos nos bens patrimoniais incluídos na apólice	559.893	Jun/2017 a Jun/2018
RC HANGAR (a)	Cobertura de danos ao concessionário e operador aeroportuário Garantia de execução do contrato de concessão	300,000	Jun/2017 a Jun/2018
PERFORMANCE	junto à ANAC	11.980	Jun/2017 a Jun/2020
SEGURO AUTO FROTA	Seguro auto frota	400	Jun/2017 a Jun/2018
SEGURO ONIBUS	Seguro ônibus	400	Jun/2017 a Jun/2018
	Responsabilidade Civil aos Administradores e		
D&O	Diretores	103.835	Dez/2017 a Dez/2018
	Referente à ação anulatória nº 0003856-		
GARANTIA JUDICIAL (b)	30,2016.4.01.3400	14.357	Jun/2016 a Jun/2021
	Referente à ação anulatória nº 1000583-		•
GARANTIA JUDICIAL (c)	89,2017.4.01.3400	16.094	Jan/2017 a Jan/2022
RC -GERAL	Reparação de danos materiais a terceiros	10,000	Jun/2017 a Jun/2018

(a) Seguro contratado em moeda estrangeira (Dólar estadunidense).

(b) Seguro Garantia Judicial cancelado em dezembro de 2017 com a quitação da outorga do exercício de 2016.

Seguro Garantia Judicial cancelado em dezembro de 2017 com a quitação da outorga do exercício de 2017.

organida Filmo Dipaor Presidente Paulo Junqueira de Arantes Filho

Direto Financeiro Contador-CRC: BA 023534/O-5 "S" RN

Bruno Souza Ferreira da Silva